
APRESENTAÇÃO

Megaeventos, pouco importa a natureza, parecem, à primeira vista, refratários à abordagem antropológica e, sobretudo, à etnografia. Embora a antropologia moderna e a etnografia tenham suas próprias especificidades, sendo impossível reduzir uma à outra, é inegável que suas histórias encontram-se entrelaçadas. A centralidade assumida pelo trabalho de campo é uma das marcas mais importantes da antropologia do século XX e o suporte da etnografia renovou a disciplina com questões objetivas e subjetivas. Pouco importa o estatuto assumido pela etnografia em diferentes correntes do pensamento antropológico – basta pensar nas diferenças entre Malinowski, Lévi-Strauss e Geertz, por exemplo –: entre as representações canônicas do fazer etnográfico encontra-se o trabalho de investigação artesanal: a ideia de um esforço metuculoso, quase sempre solitário, não raro deslocado de tecnologias sofisticadas, em todo o caso personalizado, de tal modo que o sujeito se confunde (no sentido de fundir-se a) com o objeto que produz.

Essa representação, não é preciso insistir, contrasta com a ideia de megaevento, qualquer que seja a acepção dada ao termo. Não por acaso, Marcel Fournier (1994), ao descrever o lugar das ideias de Mauss na tradição durkheimiana – ou de como a etnografia foi acoplada ao empreendimento sociológico –, sugeriu uma metáfora muito apropriada ao afirmar que o sobrinho mantinha uma espécie de ateliê no interior da usina do tio. São incontáveis os motivos que dão consistência à suposição de que a etnografia tem afinidades com o trabalho artesanal. E não é apenas porque o texto etnográfico tem a pretensão de ser autoral, no sentido de constituir um estilo único na medida em que está próximo ao seu produtor, mas também porque um ateliê sugere a produção em escala reduzida, metuculosa e intimista.

Esse tipo de associação persiste até mesmo com a renovação conceitual promovida ao longo das últimas décadas. Ainda que a polifonia seja cada vez mais reivindicada, é forçoso reconhecer que ela é preferível quando constituída pelo próprio pesquisador, que de algum modo consegue, ao fim e ao cabo, manter o controle sobre a autoridade textual. Uma coisa é compartilhar a autoridade, outra, bem diversa, é tentar estabelecê-la quando os eventos a

confrontam. Se alguma polifonia é desejável, quando localizada em profusão ela atemoriza, e não são raras as circunstâncias em que isso ocorre.

Escrevendo sobre sua experiência ao deparar-se com os estádios de futebol lotados, depois de muitos anos de trabalho de campo no interior do Irã, Cristian Bromberger (2008, p. 237-253) partilha sua tentação “de abandonar um campo de estudo tão pouco cômodo e de se isolar em unidades mais resritas [...], mais adequados às exigências totalizantes de nossa disciplina habituada a perscrutar pequenas comunidades ou a caminhar ao longo de redes sociais das quais ela pode apreender a totalidade das ramificações”. Como a antropologia soube se reinventar assimilando os desafios, convém resistir à tentação de abandonar o campo quando somos confrontados com eventos cuja proporção, extensão, diversidade, complexidade ou qualquer outro atributo do gênero se ofereça ao nosso olhar e à nossa escuta e se revele, à primeira vista, incompatível com a simplicidade de um diário de campo.

Para a antropologia não existem fatos nus, no sentido de que todo evento é um acontecimento.¹ “Um evento transforma-se naquilo que lhe é dado como interpretação; [...] apropriado por, e através do esquema cultural, é que adquire uma significância histórica.” (Sahlins, 1990, p. 16). Nesse sentido, todo megaevento é, antes de qualquer coisa, um evento. O acoplamento do prefixo *mega* sugere, tão somente, tratar-se de algo amplo, podendo essa amplitude ser avaliada pela reverberação gerada em termos de duração, de amplitude espacial, do impacto, da diversidade e assim por diante. Os megaeventos não são uma exclusividade do presente, bastando lembrarmos quão frequentes são as guerras, peregrinações, epidemias e catástrofes registradas pela historiografia e pela mitologia. Entretanto, a intensificação das trocas em escala planetária, favorecendo os fluxos de informações, pessoas e coisas, por vezes nos faz crer que todos os eventos são *mega*, e um dos dramas de qualquer cientista social começa, efetivamente, por estabelecer as fronteiras às quais sua investigação deve ser circunscrita.

Sem nos preocuparmos demasiadamente com a questão da definição, poderíamos pensar em megaeventos como uma constelação de eventos articulados, no centro do qual se situa o evento principal – um espetáculo, um ritual,

¹ Do ponto de vista das ciências sociais seria mais correto usar o termo “acontecimento” ao invés de “evento” e, portanto, “mega-acontecimento”. Entretanto, o uso social consagrou o termo “megaevento”, e nós o adotamos para evitar um neologismo que não faria diferença substantiva.

uma catástrofe, um concurso, um drama e assim por diante. Nesse sentido, o interesse antropológico pelos megaeventos excede a questão da proporção, embora os modos de engajamento – sobretudo no caso dos eventos planejados – sejam um dos aspectos mais importantes a serem investigados. Igualmente relevante é o fato de os megaeventos trazerem a diversidade e a multiplicidade no seu bojo. De fato, alguns são planejados, como a Copa do Mundo de Futebol e o Fórum Social Mundial, enquanto outros são extraordinários, não programados e, em certos casos, indesejados, como as catástrofes climáticas – pensemos no caso dos *tsunamis* ocorridos na Indonésia e no Japão. Existem aqueles de longa tradição, com espaço consagrado no calendário, como é o caso da peregrinação a Meca, enquanto outros são surpreendentes e únicos, como foi o festival de Woodstock em 1969. Há os que possuem um epicentro bem delimitado, enquanto outros se dispersam geograficamente, como são os casos da ameaça da gripe suína e aviária. Episódios envolvendo a convalescença ou a morte de ídolos e heróis se destacam pela repercussão midiática, mobilizando pessoas desconectadas no espaço, embora identificadas pela reverência ou idolatria – pensemos, por exemplo, na morte de Michael Jackson. A “primavera árabe”, que culminou com a derrocada de vários ditadores, é um exemplo lapidar de megaevento, havendo infinitas possibilidades de abordá-la. E o mesmo pode ser dito em relação às manifestações que tomaram as ruas das principais cidades brasileiras no primeiro semestre de 2013.

Muitas pessoas são implicadas involuntariamente pelos megaeventos, como é típico nas catástrofes naturais, nas crises econômicas, nas epidemias e nas guerras. Nesse caso, os significados possuem aspectos particulares, notadamente dramáticos, e as questões primordiais, dirigidas pelos antropólogos, são voltadas para a significação dos traumas e as estratégias de superação – como se assimila culturalmente o infortúnio, de quem se espera solidariedade, etc. Já no caso de eventos planejados, como é recorrente no campo esportivo, religioso, artístico e político, a questão do engajamento é fulcral para a antropologia. Em todo o caso, eis um tema em relação ao qual a cooperação de várias disciplinas é importante, senão essencial.

Este número de *Horizontes Antropológicos* traduz, ilustra, tensiona, enfim, dialoga com várias das questões suscitadas até aqui. Ainda que os colaboradores desta revista excedam as fronteiras nacionais, era de se esperar que a realização de dois dos principais megaeventos mundiais no Brasil atraíssem a atenção dos pesquisadores locais. Além de incontáveis megaeventos

rotineiros – eleições, carnavais, romarias, procissões, manifestações, jogos, festas, etc. – o Brasil recebeu em 2012 a Rio+20, sediará a Copa do Mundo de Futebol em 2014, as Olimpíadas de 2016 (Rio de Janeiro) e a Exposição Mundial de 2020 (São Paulo), apenas para citar alguns dos mais concorridos eventos internacionais. Pela proximidade cronológica e talvez pela tradição de haver pesquisadores mobilizados em torno da temática esportiva, a Copa do Mundo de 2014 foi o foco principal da maioria dos artigos recebidos e selecionados por esta edição de *Horizontes Antropológicos*.

A disposição dos artigos não obedece, por óbvio, um critério de importância ou prioridade. É antes uma sugestão de leitura tendo em vista a possibilidade de agrupar dois conjuntos de contribuições, um deles articulado a partir dos megaeventos esportivos e outro de textos com foco diversificado, ainda que relacionados direta ou indiretamente a megaeventos.

Em relação aos oito textos do primeiro bloco, seis deles tratam explicitamente da Copa de 2014 e/ou da Olimpíada de 2016, mas de perspectivas diversas. A contribuição de Arlei Sander Damo e Ruben George Oliven aborda o impacto de o Brasil sediar os dois principais eventos esportivos mundiais em diferentes perspectivas, com destaque para o ritual de enunciação da escolha do país como sede, uma espécie de celebração da nação, e as tensões em torno do uso de dinheiro público para prover a infraestrutura da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Como no caso dos demais textos, este havia sido finalizado antes das manifestações de junho de 2013, ocasião na qual essas questões foram tensionadas nas ruas e nas mídias. Em todo o caso, o debate acerca das manifestações deverá se arrastar pelos próximos meses, e para compreendê-los devem contribuir os textos que problematizam o legado dos megaeventos. Nisso se incluem os textos de Martin Curi, que trata os megaeventos como uma modalidade de fluxo da globalização; de Alexandre Magalhães, cuja análise focaliza a remoção de favelas no Rio de Janeiro, a cidade mais impactada pelos megaeventos esportivos no Brasil; e de Bruno de Vasconcelos Cardoso, que analisa o planejamento e toda a sorte de discursos enfocando a segurança pública, um tema extremamente controverso, uma vez que o Estado se compromete a dispor seu aparato de segurança – humano, tecnológico, legal, etc. – a empresas privadas multinacionais.

Ainda nesse bloco sobre megaeventos esportivos encontra-se a contribuição de Luiz Henrique de Toledo, cuja etnografia aborda as expectativas dos torcedores em relação à edificação de uma arena – no caso o Itaquerao, do

Corinthians –, destacando a dimensão simbólica desse empreendimento, e o texto de Édison Gastaldo, que utiliza o conceito maussiano de fato social total para descrever a mobilização dos torcedores em tempos de Copa do Mundo, um misto de festa, ritual e celebração que projeta o pertencimento à nação e a sociabilidade no espaço público para muito além do futebol. Fernando Borges descreve as FIFA Fan Fests™ (FFFs) ocorridas na África do Sul, instalações com telão de 50 m², destinadas à exibição de jogos e a outros eventos de entretenimento. As FFFs são pensadas como espaço de sociabilidade, publicidade e consumo, e até o presente têm sido um sucesso – elas passaram a ser organizadas pela FIFA desde a Copa de 2006 –, mas tendo em vista as tensões em torno dos gastos com a Copa de 2014, elas poderão se tornar espaços privilegiados para manifestações políticas. O fechamento deste bloco traz um texto de Ramón Llopis-Goig, cuja investigação privilegia o ponto de vista do público da cidade que sedia um megaevento – no caso a 32^a America's Cup, uma competição internacional de vela realizada em Valência, Espanha, entre 2004 e 2007. O autor discute a percepção dos anfitriões a partir de três eixos principais – esportivo, econômico e psicológico – evidenciando o fato de que tais avaliações nem sempre correspondem à propaganda dos organizadores do evento.

O artigo de Patrice Ballester faz a transição gradual para os textos que não enfocam diretamente os megaeventos esportivos, tratando das grandes exposições mundiais que estão, em alguma medida, na origem dos megaeventos modernos. O ponto de partida para a discussão de Ballester é uma pesquisa de campo realizada em Saragoça, Espanha, por ocasião da Expo 2008, e o dossiê da candidatura de São Paulo para a Expo 2020. Carlos Alberto Steil e Rodrigo Toniol tomam as conferências das Nações Unidas, incluindo-se aquela realizada em 2012 no Brasil e popularmente designada por Rio+20, como suporte para a discussão da conexão entre direitos ambientais e direitos humanos. O objetivo dos autores é mostrar como a discussão sobre direitos ambientais reconfigura a noção de direitos humanos e como deliberações tomadas em espaços transnacionais dialogam com demandas locais, como é o caso da comunidade do Xingu e seu enfrentamento à construção da usina de Belo Monte mediante argumentos que remetem ao que há de mais atual em termos de direitos no âmbito global. O diálogo entre o local e o global também é tema do artigo de Ceres Karam Brum, no qual a autora enfatiza, a partir do Encontro de Arte e Tradição Gaúcha, organizado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho, as estratégias de atualização e universalização dos valores estéticos e morais do gauchismo.

Patricia Vargas e Nicolás Viotti discutem a noção de “empreendedorismo” a partir do relato etnográfico de megaeventos realizados em Buenos Aires nos quais o guru indiano Ravi Shankar realiza suas *performances*. Por fim, o texto de Victor Andrade de Melo recupera as touradas nos tempos do Brasil colonial, com especial atenção àquelas realizadas na cidade do Rio de Janeiro. O autor nos mostra como esses eventos, espécie de precursores das grandes festividades contemporâneas – como o carnaval e os jogos de futebol – possuíam grande apreço popular, sendo ocasiões nas quais a realeza se misturava com a plebe nos espaços públicos.

A seção *Espaço Aberto* apresenta dois artigos. O primeiro, de autoria de Raquel Andrade Weiss, analisa o significado do conceito de efervescência na obra de Durkheim e assinala o papel que esse processo desempenha em relação à sua teoria moral. Considerando que vários dos megaeventos são marcados pela efervescência, essa discussão se torna muito pertinente para a temática do presente número da revista. Pode-se dizer o mesmo em relação à questão dos conflitos, razão pela qual o artigo de Andréa Carolina Schwartz Peres, cujo enfoque são as tensões decorrentes do Acordo de Dayton, tido como marco de cessar-fogo da guerra na Bósnia, serve como referência. A autora mostra, a partir de trabalho de campo realizado em Sarajevo, que o referido acordo não sepultou os conflitos, mas reinscreveu-os em outro plano, sendo o próprio Acordo de Dayton objeto de significados conflitantes.

Além da qualidade de suas publicações, *Horizontes Antropológicos* é também reconhecida pela singularidade de suas capas. Nesta edição temos o privilégio de contar com a contribuição de Daniel Semilla Bucciarelli, um dos integrantes da lendária banda de *rock* Patricio Rey y sus Redonditos de Ricota, que além de baixista, vocalista e compositor é artista plástico. Alguns de seus quadros estavam expostos no museu Emilio Caraffa, em Córdoba, Argentina, no período de realização da X Reunião de Antropologia do Mercosul, e nos encantamos com eles. Graças à generosidade de Bucciarelli podemos dispor de um deles. Além do vigor estético de seus traços e suas cores, cremos que as formas rebeldes e caóticas expressam, em boa medida, o caráter multifacetado dos megaeventos. Obrigado a Bucciarelli por ceder os direitos de imagem e a Victoria Irisarri, que mediou esse e outros contatos.

Arlei Sander Damo
Ruben George Oliven

Referências

BROMBERGER, C. As práticas e os espetáculos esportivos na perspectiva da etnologia. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 14, n. 30, p. 237-253, jul./dez. 2008.

FOURNIER, M. *Marcel Mauss*. Paris: Fayard, 1994.

SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.